

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) para 2020, aprovado pelo Governo previa que a 15 de maio, com o início do Nível II, estivessem operacionais no combate aos incêndios 14 helicópteros ligeiros (HEBL), 12 helicópteros médios (HEBM), 8 aviões bombardeiros (Anfíbios), 2 aviões de reconhecimento (AVRAC) e 1 helicóptero reconhecimento (HERAC).

Pelos vistos não estão, faltam pelo menos 8 helicópteros ligeiros e todas as aeronaves de coordenação. Como bem sabe, todos os estudos já efetuados sobre o combate aos incêndios florestais são unânimes a considerar os meios aéreos como um dos elementos fundamentais de qualquer estratégia de combate. Por outro lado, os recorrentes atrasos na colocação de meios aéreos no terreno e a violação constante do planeamento previsto no DECIR dos últimos três anos, deveria levar o país, e neste particular o Governo, a conseguir finalmente ter os meios operacionais dentro dos prazos previstos e dos calendários estipulados pelo próprio executivo.

É com preocupação que os Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar deram conta da grave violação do planeamento anunciado, fortemente propagandeado e aprovado no DECIR2020, visto não estarem operacionais diversos meios aéreos, deixando alguns distritos, como por exemplo Braga, Portalegre, Setúbal e Beja sem qualquer meio aéreo de combate aos incêndios.

Ao contrário do previsto no DECIR2020, deveriam estar já no terreno desde 15 de maio, três meios aéreos de coordenação, um no distrito de Coimbra, outro no de Portalegre e um terceiro em Viseu que também não estão ainda operacionais. Relativamente aos meios de ataque previstos para este período que teve início a 15 de maio, o nível II, faltam pelo menos 8 helicópteros face à informação divulgada pelo Ministério da Administração Interna. Faltam os helicópteros previstos para Fafe (Braga), Ourique (Beja), Cernache (Coimbra), Portalegre, Grândola (Setúbal), Santa Comba Dão (Viseu), Vila Real, Alfandega da Fé (Bragança) Segundo os dados do IPMA, as previsões meteorológicas para esta época de incêndios são preocupantes e o próprio Observatório Técnico Independente da Assembleia da República, já veio alterar para

os altos riscos que nos esperam este verão. Apesar de recorrentemente alertado para a necessidade de planear a longo prazo, de preparar concursos de aluguer de meios mais atempadamente, o Governo, pelo quarto ano consecutivo voltar a falhar redondamente no cumprimento dos calendários que o próprio estabeleceu.

Ao contrário do que seria expectável e recomendável, o Governo tem ocultado do Parlamento e dos portugueses em geral, o incumprimento do DECIR2020 e em particular esta falha grave do dispositivo de combate aos fogos. Algo que é inaceitável e altamente reprovável.

Numa matéria tão sensível, num sector com o histórico que este Governo tem, exigia-se uma maior transparência e humildade na abordagem a esta questão.

Os Deputados do PSD não podem aceitar que a esta já de si muito preocupante falha de gestão e planeamento, se some a total falta de transparência política em todo este processo. Esta é uma matéria de segurança nacional onde não admite qualquer jogo político. Este é um tema de união entre os portugueses e não de divisão ou ocultação.

Assim, face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer a Vossa Excelência as diligências necessárias no sentido de obter junto do Senhor Ministro da Defesa Nacional, resposta às seguintes questões:

1. Quando prevê o Governo que os meios aéreos previstos para o Nível II do DECIR 2020 (a partir de 15 de maio) estejam de facto operacionais?
2. Quantos meios aéreos de combate aos incêndios, e em que locais, estiveram de facto operacionais desde 15 de maio?
3. Como justifica o Governo mais este atraso na operação de meios aéreos que deixa pelo menos 4 distritos do país sem qualquer apoio aéreo no combate aos incêndios?
4. Consegue o Governo garantir que na fase seguinte, nível III, que se inicia a 1 de junho os meios aéreos previstos no DECIR2020 vão estar todos no terreno e operacionais?
5. Tem o Governo conhecimento de outras falhas face ao planeamento previsto o DECIR 2020 para esta época?

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2020

Deputado(a)s

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

Deputado(a)s

ANA MIGUEL DOS SANTOS(PSD)
BRUNO COIMBRA(PSD)
LINA LOPES(PSD)
ALBERTO MACHADO(PSD)
ALBERTO FONSECA(PSD)
EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)
PEDRO RODRIGUES(PSD)
ISAURA MORAIS(PSD)
JOÃO MOURA(PSD)
CARLOS EDUARDO REIS(PSD)
MARIA GERMANA ROCHA(PSD)
SANDRA PEREIRA(PSD)
CLÁUDIA BENTO(PSD)
EDUARDO TEIXEIRA(PSD)
RUI CRISTINA(PSD)
CARLA MADUREIRA(PSD)
JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)
JOÃO GOMES MARQUES(PSD)
HELGA CORREIA(PSD)
MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)
FERNANDA VELEZ(PSD)
CLARA MARQUES MENDES(PSD)
PAULO MONIZ(PSD)
ANTÓNIO CUNHA(PSD)
CARLA BORGES(PSD)
NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)
LUÍS LEITE RAMOS(PSD)
JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)
ALEXANDRE POÇO(PSD)